

A cultura escolar no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá/MS: um olhar por meio das festas (1972 – 1987)

Celeida Maria Costa de Souza Silva*

Utilizamos a categoria cultura escolar como aporte para entender a organização, o funcionamento interno da escola, bem como, as práticas escolares. Acreditamos que no interior de cada escola ou instituição escolar, existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar a escola, mas não está restrita à ela, relaciona-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida. Não há dúvidas de que no âmbito da história da educação, os novos olhares sobre a escola possibilitam a escrita de uma nova história das instituições escolares, bem como uma história do cotidiano escolar. Estudar as práticas escolares do Colégio Salesiano de Santa Teresa por meio das festas significa problematizar questões ligadas à gênese da cultura escolar, lembrando-se que, no interior da escola, as ações dos sujeitos serão inventadas, ou recriadas. Desta forma, o olhar histórico no universo escolar por meio das festas, possibilita revisitar o passado, construir

Pretendemos neste artigo abordar aspectos da *cultura escolar* no Colégio Salesiano de Santa Teresa (1972-1987), localizado em Corumbá-MS. Uma instituição tradicional, confessional, um dos mais antigos colégios da cidade e do estado, com atividades educacionais desde 1899. Buscamos compreender que valores e sentimentos foram criados ou difundidos por meio das comemorações e que propósitos ou intenções a festa carregava. É importante lembrar que as festas como elementos da *cultura escolar* sofrem modificações de acordo com as épocas, e as finalidades que as produ-

* Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: celeidams@uol.com.br

interpretações, explicações e entender a escola por dentro.

Palavras chave: Cultura escolar. Práticas escolares. Festas.

We use the category of school culture as a base to understand the organization, the internal running of the school, and the school practices. We believe that inside of each school or scholar institution there is a culture that can be considered singular to the school, but not restrict to it, involved with other more extensive cultural practices of society. There we affirm that the society produces the school and is produced by it. There are no doubts that in the area of history

of education new looks above the school make possible the writing of a new history of scholar institutions, by the writing of a history of scholar quotidian. Study the school practices in the Colégio Salesiano de Santa Teresa, through festivities means to examine questions attached to the genesis of scholar culture, reminding that inside of school actions of subjects are invented or recreated. In this way, the historical look of school world by the festivities makes possible to revisit the past, to build up interpretations, explanations and to understand the inside of a school.

Keywords: Scholar culture. School practices. Festivities.

zem, sejam elas, políticas, sociais, econômicas, religiosas ou de socialização. E os sujeitos que as elaboram ou dela participam, como atores ou espectadores, também as transformam e, por elas são transformados.

um novo olhar sobre a escola

Utilizamos a categoria *cultura escolar* como aporte para entender a organização, o funcionamento interno da escola, bem como, as práticas escolares. Acreditamos que no interior de cada escola ou instituição escolar, existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar a escola, mas não está restrita à ela, relaciona-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa.

Esse novo olhar sobre a escola tem recebido contribuições de diversas áreas de estudos como a antropologia, a sociologia, a filosofia, a linguística, dentre outras. Deste modo, vários autores têm dado suporte aos estudos sobre a *cultura escolar* a saber, Jean-Claude Forquin, Antonio Viñao Frago, Dominique Julia, Antônio Nóvoa, Guy Vincent, Bernard Lahire, Daniel Thin, Jean Hérbrard, André Chervel, entre outros.

No Brasil, tem se dedicado aos estudos da *cultura escolar*, Luciano Mendes de Faria Filho, Irlen Antônio Gonçalves, Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa

Valdemarin, Eurize Caldas Pessanha, Marcus Vinícius da Cunha, entre outros. Destaca-se que é um campo em construção, em que documentos oficiais vem sendo revisitados, mas também outras fontes, como livros de ocorrência, boletins de alunos, agendas escolares, comprovantes de vacinação, fotografias de eventos, cadernetas escolares e muitos outros, portam pistas que podem permitir que sejam produzidos novos olhares da e sobre a escola acerca do passado e do presente.

Esse “olhar para as práticas cotidianas da escola fixa-se nos acontecimentos silenciosos do seu funcionamento interno. Silenciosos, seja pela ausência de documentos, ou documentos pouco conservados”¹. Observar as práticas escolares, requer trazer para a análise questões ligadas aos aspectos internos da escola como, a distribuição do tempo, dos espaços escolares, da organização dos programas. Destarte, no interior da escola são produzidas maneiras de pensar e de agir que oferecem a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas”². Nesse sentido,

a *cultura escolar* é entendida como práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais –, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento ... – e modos de pensar, assim como significados e idéias compartilhadas³.

Outro autor que tem contribuído para a compreensão e análise da *cultura escolar*, é Dominique Julia que a define como

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos ⁴.

¹ GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes de Faria. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafio teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima, VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafio para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 33.

² VIÑAO FRAGO, A. História da educação e história cultural: possibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 0, 1995.

³ *Idem*, pp.68-69.

⁴ JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 1, jan./jun. 2001, p. 10, grifos do autor.

As normas e práticas precisam ser analisadas levando-se em conta o contexto em que foram produzidas, sem deixar de entender as finalidades de sua produção, sejam elas, religiosas, sociopolíticas ou de socialização.

Buscaremos a partir das contribuições de Viñao Frago e Dominique Julia um olhar mais interno para a escola. Viñao Frago considera a *cultura escolar* como um “conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização”⁵. Então, para este autor, a *cultura escolar* abrange toda a vida escolar. Isso significa dizer que a organização e o funcionamento da escola desvelam múltiplos traços culturais e valores que se constroem na concepção das idéias sobre o ensinar e o aprender pelos professores e alunos, nos modos de comunicação, nas formas de distribuição do espaço e do tempo, nas condutas, nos modos de pensar, dizer e fazer.

As acepções de *cultura escolar* dos dois autores citados, manifesta um novo olhar sobre a escola. Um olhar que permite conhecer a escola por dentro. Portanto, os dois conceitos podem ser considerados complementares e constituem outras formas de analisar e escrever a história da educação. De acordo com Souza, a posição de Viñao Frago, “põe em relevo o conjunto das características do modo de ser e viver tipicamente escolares envolvendo a dimensão do cotidiano, a materialidade das práticas e os significados simbólicos do universo escolar”, e a de Julia, “dá ênfase aos processos de transmissão cultural da escola”⁶.

Chervel através do estudo sobre a história das disciplinas escolares faz a crítica àqueles que consideram a escola como agente de transmissão de saberes. Diz que não se pode reduzir a escola a um simples espaço de transmissão de saberes produzidos fora dela. Para o autor, as criações espontâneas e originais do sistema escolar ainda não foram devidamente valorizadas, logo, critica os esquemas de explicação que posicionam o saber escolar como um saber inferior ou derivado de outros saberes tidos como superiores. Desse modo, defende a idéia de que a escola não apenas reproduz os conhecimentos considerados relevantes para uma determinada sociedade, mas também os produz, gerando um saber próprio - específico da escola - que se estenderá para toda a sociedade.

⁵ VIÑAO FRAGO, A. *Op. cit.*, pp. 68-69.

⁶ SOUZA, Rosa Fatima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 4.

Portanto, da análise feita por Chervel, é possível inferir que a *cultura escolar* forma não somente os indivíduos que frequentam as instituições escolares, mas influencia de forma ampla a cultura da sociedade global, uma vez que, penetra, molda, modifica e (re) constrói os saberes. Julia inspirado pelo trabalho de Chervel, “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”, propõe aos historiadores da educação que questionem as práticas cotidianas e o funcionamento interno da escola. Não menospreza as análises macro-políticas, mas incentiva a aproximação entre as análises macro e os estudos voltados para o interior da escola.

Quanto ao problema das fontes, o autor, instiga o historiador a fazer “flecha com qualquer graveto”⁷, recomendando que nos deixemos sensibilizar por novos objetos, ao mesmo tempo, admite as dificuldades de se investigar sobre as práticas culturais por elas não deixarem muitos rastros.

Respeitando as especificidades dos diversos campos de conhecimento dos vários autores que têm se ocupado da construção da categoria, é preciso dizer, que todos contribuem de uma forma ou de outra, para o processo de construção do conceito de *cultura escolar*. Isso quer dizer que, apesar de apresentarem características e interpretações distintas, os vários autores podem colaborar no diálogo, na interface dos diversos campos, possibilitando vários olhares sobre a *cultura escolar*.

Não há dúvidas de que no âmbito da história da educação, os novos olhares sobre a escola possibilitam a escrita de uma nova história das instituições escolares, bem como uma história do cotidiano escolar. Estudar as práticas escolares do Colégio Salesiano de Santa Teresa significa problematizar questões ligadas à gênese da *cultura escolar*, lembrando-se que, no interior da escola, as ações dos sujeitos serão inventadas, ou recriadas. Consideramos as festividades escolares como momentos privilegiados para propagar conhecimentos, normas e valores legitimados pela sociedade e pela instituição escolar. Destarte, as festas escolares possuem caráter político e pedagógico.

⁷ JULIA, Dominique, *apud* FARIA FILHO, L. M. de et alii. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 1, jan./abr. 2004, p. 144.

O estudo sobre as festas escolares

Sabemos que a escola é ao mesmo tempo transmissora e produtora de cultura e, por meio das festas escolares propagam o imaginário sóciopolítico para todos que são chamados a dela participar como atores ou espectadores. Comemorar é uma forma de preservar a memória coletiva, a coexistência do grupo, despertar as sensibilidades, a solidariedade e impedir o esquecimento.

Desse modo, ao estudar as festividades escolares não podemos reduzi-las a momentos de confraternização, descontração, e alegria, mas precisamos entendê-las, como momentos especiais, de integração, de exaltação de valores – à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes. Em outras palavras, as ocasiões festivas eram propícias para a difusão de conhecimentos, normas e valores legitimados pela escola, pelos governantes e pela sociedade. Sendo compostas por normas e práticas com objetivos educativos, as festas escolares, revelam características importantes da *cultura escolar*.

Conforme já abordado anteriormente, há diferentes concepções para o termo *cultura escolar*, e estas nos ajudam a pensar as festas escolares no Colégio Salesiano de Santa Teresa. Portanto, a investigação histórica através da categoria *cultura escolar* constitui um importante instrumento na tentativa de compreender a escola por dentro, por meio das festas e comemorações⁸.

É interessante dizer que as transformações nas formas de promover pesquisas no âmbito da história, a partir do século XX, com o movimento da Escola dos Annales possibilitou que novos temas, métodos e objetos de estudos, antes negligenciados ou considerados de pouca importância para a historiografia, pudessem ser estudados. Ampliou-se a partir daí, o universo do historiador, que passou a dialogar de forma mais significativa com as outras disciplinas ou áreas do conhecimento deixando de lado estudos com temas “tradicionais”, elegendo temas ligados ao cotidiano escolar, às práticas e às culturas escolares.

Como diz Chartier, é preciso apreender o que se faz na escola⁹ em seus diferentes tempos e lugares, buscando compreender a sua historicidade, ao mes-

⁸ As acepções festas e comemorações são usadas neste estudo como sinônimas. As fontes consultadas não nos permitiram estabelecer diferenças entre elas.

⁹ CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. *Educação e pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo: FEUSP, v. 26, n2, jul./dez. 2000.

mo tempo, que novos significados devem ser atribuídos às práticas escolares, enquanto elementos que constituem a realidade educacional e social.

Sendo próprias da *cultura escolar*, as festas escolares transformam-se de acordo com as épocas e as finalidades, sejam elas, sociais, políticas, econômicas e religiosas. Nesse sentido, são concebidas, apropriadas e representadas pelos diferentes sujeitos que participam do processo educativo: dirigentes de ensino, professores, alunos e sociedade em geral, de formas distintas.

Dáí, pensar que os conceitos de representação e de apropriação produzidos por Roger Chartier¹⁰ podem colaborar para o entendimento de que o significado de determinada festa para os seus idealizadores pode ser diferente daquele pensado, e apropriado pelos professores, alunos e comunidade em geral. Como nos adverte Chartier, por meio das representações sociais, elaboram-se estratégias de pensar e (re) construir a realidade. Assim,

Não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias de e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio¹¹.

De acordo com o autor, as representações produzem estratégias e práticas, logo, fazem parte de um campo onde forças que lutam para impor seu domínio, para legitimar seu projeto político-social, concorrem e competem entre si. Diante disso, ao pensar as festas no contexto escolar, não podemos pensá-las distante das representações de escola, do aluno, do professor, da população, da sociedade, ou seja, dos que são chamados a dela participar. Podemos inferir que a escolha pelos detentores do poder do que deveria ser festejado ou comemorado, e como deveria ser a comemoração estava ligado ao tipo de projeto social e político a que a instituição escolar estava historicamente inserida, e ao tipo de representação que precisava (re) criar e difundir.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

¹¹ *Idem*, p. 17, *apud* SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (Prismas), 1998, p. 18.

Sabemos que na ocasião da realização das festas, leis, normas e regulamentos eram impostos, e apropriados de diversas formas, pelos diferentes atores escolares. Para o diretor escolar, era um momento de mostrar o sucesso da escola, a interação entre alunos, professores e funcionários; para os professores e funcionários, era mais uma atribuição, uma obrigação a ser cumprida; e para os alunos, era um dia em que podiam agir de forma mais espontânea, quebrando a rotina do cotidiano escolar.

Nos momentos festivos eram múltiplas as atividades desenvolvidas pelos alunos, orientadas pelos professores. Dependendo do tipo de festividade, os alunos interpretavam hinos cívicos, canções, cantos sagrados, declamavam, participavam de competições, confraternizavam, isto é, podiam expressar-se mais livremente, mas, respeitando os regulamentos da escola.

Mostrar a história do Colégio Santa Teresa por meio das festas e comemorações escolares articulando aspectos internos e externos à escola nos permite desvelar às mudanças e permanências no calendário escolar, nas práticas escolares, bem como as funções educativas das festas, principalmente, depois de instituído o convênio (1971) que possibilitou o ingresso de alunos de vários setores sociais, em especial das camadas populares, no Colégio.

Um aspecto relevante, é que no período em estudo (1972-1987), uma das grandes preocupações dos reformadores, políticos, intelectuais e educadores, era com a educação moral e cívica, a divulgação dos valores cívico-patrióticos e a preparação para o trabalho (Lei 5692/71). O exemplo a seguir relatado no livro de ocorrência revela como foi comemorado o dia de Tiradentes e da Fundação Brasília no ano de 1976 no Colégio Santa Teresa:

Houve quadros murais, cartazes, pesquisas e trabalhos em aula, hasteamento do pavilhão nacional ao canto do hino: hino da Independência. Palestra alusiva por um professor, declamação de poesias pelos alunos [...] ¹².

Cada instituição escolar possui suas singularidades, portanto, suas formas de celebrar. Independente do local onde a escola localizava-se o importante era aproveitar desses eventos para inculcar hábitos de ordem, comportamentos, sentimentos pátrios e deveres para com a pátria e com o próximo.

¹² LIVRO DE OCORRÊNCIA DO COLÉGIO SALESIANO DE SANTA TERESA, 1976.

Consideramos as festas como acontecimentos públicos de grande relevância social, pois delas participavam autoridades políticas, pessoas gradadas da sociedade, a família dos alunos, representantes da imprensa e, além do aspecto formativo, projetavam a instituição externamente. A participação das pessoas para comemorar as datas eleitas como importantes no calendário escolar estreitava os laços entre escola e sociedade, tornando-a, *locus* privilegiado para a divulgação da cultura e da memória histórica, por meio de festividades cívicas, religiosas e os festejos que visavam celebrar a instituição escolar (festa de aniversário do colégio, do início encerramento do ano letivo, dentre outras).

Acreditamos que as práticas simbólicas – exames, festas escolares, comemorações cívicas, desfiles - não podem ser negligenciadas, por serem importantes para a sociabilidade, visibilidade e construção da identidade da escola. Essas práticas produzem múltiplos sentidos para alunos, professores, famílias e comunidade escolar, gerando representações diversas sobre a escola no meio social.

As festas e o calendário escolar

De acordo com Carvalho¹³, “Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar as figuras que sirvam de imagem e modelos para os membros da comunidade” a fim de legitimar o regime. No contexto escolar, as festas e comemorações contribuem para legitimar as tradições inventadas e dar coesão social à nação.

Hobsbawm¹⁴ utilizou o termo tradição inventada referindo-se ao conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica cujo objetivo era de incutir valores e normas de comportamento por meio da repetição. Inventam-se as tradições sejam em momentos de crise ou de mudança na sociedade, selecionando que eventos e pessoas devem ser lembrados ou esquecidos. Destarte, qualquer prática social que precisa ser repetida cria normas, regulamentos, formaliza convenções e rotinas para servir a “novos” propósitos nacionais. De forma geral, Hobsbawm classifica as tradições inventadas em três categorias superpostas:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 14.

¹⁴ HOBBSBWM, Eric, RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Calvante. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento [...] ¹⁵ .

Na construção da memória nacional, participam diferentes grupos da sociedade – especialistas, historiadores, publicistas, ideólogos, doutrinadores, educadores - que organizam as comemorações, as festas, definindo as datas, os heróis, monumentos, hinos, e como devem ser lembrados e celebrados.

Ozouf ¹⁶ ao estudar a festa revolucionária na França aponta que as comemorações estão a serviço da memória, tendo como principal objetivo impedir o esquecimento, e estimular a recordação. Importa destacar, que a maioria das tradições inventadas estão ligadas a uma inovação histórica chamada nação. Que por sua vez criou símbolos e acessórios, como: hinos nacionais, bandeira nacional, armas nacionais para expressar sua identidade e soberania. Não nos esqueçamos que legitimidade, soberania e cidadania são essenciais na construção de uma nação, na organização da tradição e da memória coletiva, formadora da identidade nacional. Embora,

A maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semi-rituais (por exemplo, as eleições), que em sua maior parte são historicamente originais e livremente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias e músicas ¹⁷.

Não há como estudar as tradições inventadas sem contemplar o contexto mais amplo da história da sociedade. É preciso levar em conta também, o papel da história, e do historiador, utilizados muitas vezes como instrumentos legitimadores das ações e da coesão grupal da nação. Como nos alerta Hobsbawm¹⁸, todos os historiadores sejam quais forem seus objetivos, contribuem de forma consciente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado, portanto, devem estar atentos para a dimensão de suas atividades.

¹⁵ *Idem*, p. 17, grifos do autor.

¹⁶ OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 216-232.

¹⁷ HOBBSBAWM, Eric, RANGER, T. (Orgs.). *Op. cit.*, p. 20.

¹⁸ *Idem*, p. 22.

Entre finais do século XIX e início do século XX, as instituições escolares diante da necessidade de controlar, organizar o saber, as atividades de professores e alunos passaram a ordenar o tempo escolar através de calendários e horários. A regulamentação do tempo na escola – organização pedagógica e disciplinar - por meio de calendários e horários, é um eficiente instrumento de racionalização, porque ao mesmo tempo, que ordena as atividades educativas (agrupa os alunos em turmas, estabelece programas de ensino, lições, exercícios, intervalos), cumpre uma finalidade moral e de disciplinarização de condutas (pontualidade, assiduidade, ordem, asseio, obediência, prêmios e castigos).

A difusão dos valores morais e cívicos não ficava restrita aos conteúdos da disciplina história, mas perpassava os programas das demais áreas do conhecimento que compunham o saber humanístico. Esse conteúdo de caráter civilizador, moralizante e cívico foi amplamente divulgado por ocasião das diversas festas escolares que compunham o calendário escolar: comemorações cívicas, festas de encerramento, aniversário do diretor, festas religiosas, exposições escolares, dentre outras, amoldando o tempo escolar ao tempo social.

A festividade no momento em que se realiza, estabelece práticas ritualísticas cujo objetivo é o de fazer guardar na memória coletiva ou individual, aspectos da vida cultural ou social, selecionados para serem lembrados. Como assinou Pinheiro, os momentos festivos contribuem para

o exercício da cidadania e da participação política e social. A veneração dos símbolos a partir do hasteamento de bandeiras seguidos da entonação de hinos e do proferimento de discursos patrióticos proporciona o sentido da identificação dos homens com a sua cidade e com sua nação¹⁹.

A presença de autoridades nas festas buscava pelo menos no nível do discurso, mostrar uma aproximação entre o Estado e os diversos grupos sociais. As instituições de poder normatizavam as festas, e por meio delas, tentavam impor regras e normas às comunidades, a fim de dar um significado único a cada festividade. Todavia, as festas produziam múltiplos significados e representações para os que dela participavam sejam como atores ou espectadores. Para Del Prio-

¹⁹ PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 116.

ri, “a festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização”²⁰.

Consideramos que a festa ocupa um lugar de destaque na sociedade brasileira, e quando ela acontece revela experiências, expectativas de futuro e imagens sociais. De acordo com Amaral²¹ “ela é capaz de conforme o contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam”.

No que diz respeito às festas escolares, as definições pedagógicas podem ser vistas, na escolha das datas para comporem os calendários escolares; nos conteúdos escolares elucidados nos programas das comemorações; nas prescrições sobre a forma de agir e se comportar durante as solenidades. A constituição de um calendário específico para a escola determinando: datas para matrículas, o início e término do ano letivo, feriados, festas, período de avaliações, entrega de notas na secretaria, entrega de boletins, encerramento do bimestre, interrupções diversas, entre outras, visava estabelecer um sistema de ensino homogêneo, ao mesmo tempo, que significava a racionalização do tempo e o controle das atividades escolares.

De acordo com Le Goff “enquanto organizador do quadro temporal, condutor da vida pública e quotidiana, o calendário é, sobretudo, um objecto social. Tem, portanto uma história, aliás muitas histórias [...]” e é preciso observar como os detentores do poder interferem na composição dos calendários, utilizando-o como um “instrumentos de poder”. Para o autor,

o calendário depende do tempo cósmico, regulador da duração que se impõe a todas as sociedades humanas [...] estas captam-no, medem-no e transformam-no em calendário segundo as suas estruturas sociais e políticas, os seus sistemas econômicos e culturais, os seus instrumentos científicos e tecnológicos²².

Com o processo de racionalização das instituições escolares no final do século XIX e início do século XX foram estabelecidas prescrições com relação

²⁰ DEL PRIORI, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 105.

²¹ AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à brasileira: significado do festejar, no país que “não é sério”*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1998, p.07-08.

²² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. ruy Oliveira. Lisboa: Ed. 70, IIº v., 2000, p. 62 – 70.

à utilização do tempo escolar²³, entre elas, o calendário escolar, que retratava não somente aspectos pedagógicos mas também sociais. Os calendários civil e religioso do país organizavam as temporalidades da escola, as atividades dos professores e alunos no cotidiano escolar determinando “o tempo de trabalho e descanso, tempo ocupado e tempo livre, tempo de aprender e tempo de brincar, tempo de atividade e tempo de ócio, tempo de silêncio e tempo de falar”²⁴ e o tempo de festejar.

Os tempos escolares são múltiplos e, assim como, a ordenação do espaço fazem parte da ordem social e escolar. Desta forma, são tempos pessoais e institucionais, individuais e coletivos, demarcá-los, controlá-los, organizando-os em séries/anos, horários, utilizando relógios e campainhas, cumpre um papel educativo, e influencia a vida das pessoas (alunos, famílias, professores, diretores, padrões) envolvidas no processo educativo. Portanto, o tempo escolar não pode desprender-se das relações sociais e tempos sociais da qual a escola faz parte²⁵.

No calendário escolar estão fixadas as datas a serem comemoradas. Essas datas, marcadas por significados religiosos, políticos, e sociais, não podem ser analisadas como interrupções/rupturas sem validade no processo ensino-aprendizagem, mas têm que ser vistas, como um tempo em que se desenvolve uma prática social com conteúdos, símbolos e valores legitimados por um regime político ou grupo, com intenções educativas. De acordo com Carvalho, “símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem”²⁶ e a escola era, e é um lugar excelente para o processo de inculcação.

²³ SOUZA, Rosa Fátima de. *Op. cit.*, 1998; GALLEGÓ, Rita de Cássia. *Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)*. São Paulo. 2003. Dissertação de Mestrado. FEUSP, 2003; CÂNDIDO, Renato Marcílio. *Cultura da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2007. FE-USP, 2007.

²⁴ SOUZA, Rosa Fátima de. *Op. cit.*, 1998, p. 220.

²⁵ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. EscolarizaÇão, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Disciplinas e integração curricular: História e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 89.

As festas e comemorações escolares eram planejadas pelas autoridades de ensino, responsáveis por estabelecer decretos/leis, elegendo as datas e comemorações que deveriam compor o calendário escolar, bem como as instruções para os rituais cívicos. Os dirigentes das delegacias de ensino reuniam com os diretores das escolas para orientá-los de como deveriam ser as celebrações. Os diretores repassavam aos professores as orientações e normas de como deveriam preparar os alunos para as festividades escolares. Podemos afirmar que os conteúdos escolares, normas, comportamentos, valores, relacionados às datas festivas eram ensinados não só para os alunos, mas a todos que acompanhavam os eventos escolares. É preciso enfatizar que os sujeitos escolares, alunos, professores, dirigentes, como integrantes da *cultura escolar* ora agem em seu fazer cotidiano na instituição educativa, acatando o que foi definido por outros sem a sua presença, ora desenvolvem práticas que contribuem para a construção da escola e da *cultura escolar*.

As suspensões nas atividades escolares obedeciam às cronologias religiosas (domingo, dias santos, semana santa, finados) e cívicas (eventos históricos: descobrimento do Brasil, Proclamação da Independência, Proclamação da República e outros). Os calendários e horários eram importantes instrumentos de registros, regulação e ordenação do tempo escolar. Tempo este que deveria ser bem distribuído e aproveitado para evitar a ociosidade, valorizando a regularidade, a pontualidade e a ordem. Desse modo, os calendários e horários estabelecem e direcionam os ritmos das práticas sociais, as cadências das atividades escolares: ritos, festividades, exames, férias, rituais de entrada, intervalos, recreio, premiações, constituem práticas simbólicas que dão sentido à organização escolar e asseguram a identidade da escola enquanto instituição dotada de normas e códigos próprios.²⁷ salienta que os calendários definem o processo educativo, a estrutura organizativa da escola, racionalizando os tempos da escola e a rítmica das práticas e atividades de professores e alunos.

O ato de festejar

As festas escolares eram acontecimentos públicos importantíssimos no contexto social. Por meio delas, a escola abria-se para a população em geral e,

²⁷ TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Cadernos escolares, ritmos docentes. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 25, n. 2, jul./dez. 1999, p. 96.

permitia-se conhecer e admirar. Durante a festa, havia toda uma programação a ser seguida que se assemelhava à rotina das aulas. O tempo da festa era todo cronometrado com hora para começar, terminar, para as homenagens, apresentações dos alunos, discurso dos professores e das autoridades. Constitui o momento da celebração, da brincadeira, dos jogos, da música, da dança, mas também o tempo de aprender. São múltiplos os sentidos, as funções, e os modos de comemorar nas instituições escolares.

No Colégio Salesiano de Santa Teresa festejava-se para celebrar a unidade da instituição educativa. No início do ano letivo havia a festa do regulamento. Ocasão onde o diretor da escola reunia professores e alunos para dar boas vindas e ao mesmo tempo, proferir uma palestra sobre as normas disciplinares, os direitos e deveres de alunos e professores. Esse dia era revestido de caráter festivo visava motivar os alunos e professores a bem cumprirem os seus deveres. Era uma eficaz estratégia para legitimar a instituição e exigir o cumprimento de seus dispositivos normativos.

No decurso do ano eram muitos os momentos festivos: festas religiosas - com tríduos, certames e celebrações; festas cívicas, destacando as datas e comemorações consideradas significativas da história da pátria e do regime republicano com desfiles, gincanas, campeonatos esportivos, sessões litero-musicais, fanfarras; e outras festas, como festa do aniversário do diretor, festa de encerramento do ano letivo em que os alunos com boas notas recebiam prêmios e homenagens, festa de formatura, festas de confraternização, retiros, dentre outras. Além do aspecto formativo, as festas e comemorações projetavam a instituição externamente.

Sabemos que as festas serviam a diferentes propósitos e nas instituições educativas tinham como tarefa cultivar e difundir valores, formar o cidadão político brasileiro, promover o encontro entre o Estado, representado pelas autoridades públicas e a sociedade civil, pais, alunos, professores, e demais espectadores.

Nas festas e comemorações os rituais eram marcados por hinos, hasteamento de bandeiras, preleções, recitação de poesias, discursos, entrega de prêmios. Esses atos constituem práticas simbólicas, detentoras de significados sociais e culturais. É preciso dizer que sempre há uma luta durante a escolha de símbolos e alegorias, para representar um regime, e no Brasil, pós-Proclamação da Repú-

blica não foi diferente. Travou-se uma batalha ideológica e política em busca de uma imagem que representasse o novo regime e atingisse o imaginário popular. Segundo Costa e Schwarcz²⁸, houve uma

[...] verdadeira batalha ideológica, quando se mudaram nomes de ruas e de estabelecimentos que lembravam a extinta monarquia, em que se impuseram novas imagens para representar a nação – figuras de mulheres francesas substituíam os índios tropicais, Tiradentes entrava no lugar dos marcos imperiais –, a República preparava-se para redesenhar a nação²⁹.

Ideologias e utopias constituem o imaginário social, mas também símbolos, alegorias, rituais e mitos foram instrumentos importantíssimos na projeção de interesses, aspirações, na manipulação de sentimentos coletivos e condutas, disseminados durante as festas escolares.

O Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890 instituiu os dias das festas nacionais a ser celebradas.

[...]

São considerados dias de festa nacional:

1º de janeiro: consagrado à comemoração da fraternidade universal. 21 de abril: consagrado à comemoração dos precursores da Independência do Brasil, resumidos em Tiradentes; 3 de maio: consagrado à comemoração da descoberta do Brasil. 13 de maio: consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros. 14 de julho: consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos. 7 de setembro: consagrado à comemoração da Independência do Brasil. 12 de outubro: consagrado à comemoração da descoberta da América. 2 de novembro; consagrado à comemoração dos mortos. 15 de novembro: consagrado à comemoração da proclamação da República.

Sala das sessões do Governo Provisório, 14 de janeiro de 1890, 2ª República – Manoel Deodoro da Fonseca – Ruy Barbosa – Quintino Bocayuva – Benjamin Constant – Botelho de Magalhães – Eduardo Wandenkolk – Aristides da Silveira Lobo – M. Ferraz de Campos Salles – Dimétrio Nunes Ribeiro³⁰.

²⁸ COSTA, A. M. da, SCHWARCZ, L. M. *Virando o século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁹ *Idem*, p. 127.

³⁰ CINTRA, Assis. *Obra aprovada pela Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, *apud* CÂNDIDO, Renata Marcilio. *Op. cit.*, p. 65-66.

Podemos afirmar que poucas alterações ocorreram no calendário oficial brasileiro estabelecido a partir de 1890. Os dias 3 de maio e 14 de julho deixam de figurar como feriados nacionais, as demais datas fixadas permaneceram, e outras foram incorporadas no calendário escolar, ou mudaram de sentido. Como exemplo, a descoberta do Brasil antes comemorada no dia 3 de maio, passa a ser comemorada no dia 22 de abril; o dia 13 de maio antes “consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros, passa ser comemorado a abolição da escravidão; e 12 de outubro passou a ser celebrado a padroeira do Brasil Nossa Senhora Aparecida.

A interrupção das aulas ocorria em decorrência das comemorações cívicas (descobrimento do Brasil, Proclamação da Independência, Tiradentes, Dia do Trabalho, Proclamação da República), e religiosas (dias santos, Semana Santa, Finados, festa da Padroeira). A escola não ensinava somente os valores cívicos, mas era a guardiã desses valores que constituíram a identidade e a memória nacional. Os símbolos nacionais eram ensinados e cultuados de acordo com as determinações oficiais, objetivando produzir sensibilidades nos alunos, professores e, eram estendidos à sociedade.

As festas e comemorações ocupavam uma grande quantidade de tempo durante o ano letivo, e os professores eram os responsáveis por ornamentar a escola, a sala de aula, participar ativamente das comemorações, difundindo valores cívicos e cumprindo as atividades previamente determinadas pelas autoridades educacionais. Assim, tinham que preparar, treinar antecipadamente os alunos para que pudessem representar de forma satisfatória à escola nas diversas apresentações fossem elas, cívicas, religiosas ou de outra natureza.

As datas a serem comemoradas estavam previstas no calendário escolar e seguiam as orientações ou programas previamente definidos pela Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e delegacias de ensino. A programação da Semana da Pátria elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbá (SMEC) era encaminhada às escolas públicas e privadas. A solenidade de abertura da semana iniciava no dia 1 de setembro e estendia-se até o dia 7 na Praça da Independência. Todas as escolas eram convidadas a participar da abertura, bem como, previamente eram escaladas para em um dia durante a semana encaminhar uma representação de alunos devidamente uniformizados para acompanhar o hasteamento ou arriamento da bandeira, ao som do hino nacional, e depois fazer apresentação.

No programa da festa, hinos, bandas de música, recitação de poemas, danças, retreta, exposição de armas e equipamentos das Forças Armadas, apresentação de alunos. O dia da Pátria era a mais importante das datas cívicas e por isso, deveria ser solenemente festejado nas escolas públicas e, privadas. O ponto alto da semana era o desfile cívico-militar que ocorria na manhã do dia 7 de setembro passando pelas principais ruas do centro da cidade, desembocando na Avenida General Rondon. A população deixava suas casas e aglomerava-se nas ruas, participando como espectadores do desfile.

A preocupação era de que a festa cumprisse a sua finalidade educativa colaborando para que as datas cívicas fossem respeitadas e celebradas; o amor à pátria fosse cultivado; a educação valorizada, por meio das festas de acolhida aos alunos e professores, de formatura, de encerramento do ano escolar. O programa das festas escolares geralmente, compostos de homenagens, às autoridades, como delegados de ensino, prefeitos, secretários de educação e professores. Os alunos que se destacavam por bom comportamento e notas altas recebiam prêmios e elogios durante as festividades.

Como já foi dito, cabia ao professor preparar seus alunos para os dias festivos. Em outras palavras, o trabalho do professor estendeu-se, não estava mais restrito a executar tarefas no âmbito da sala de aula, mas deveria participar ativamente das festividades, do planejamento a execução. O trabalho do professor e o desempenho de seus alunos eram avaliados conforme a qualidade das apresentações veiculadas nos dias festivos.

É preciso dizer que a instituição escolar desenvolveu normas de conduta, fixou valores padronizados que não correspondia com os discursos em nome da “democracia”. De acordo com Bittencourt, as regras estabelecidas, os códigos internos, o sistema de avaliação imposto, fez da escola propagadora de uma mentalidade individualista, elitista e competitiva. Os conteúdos dos programas visavam formar um cidadão civilizado que se tornaria um político, industrial, intelectual, burocrata, comerciante, portanto, auxiliava na construção desse futuro homem “civilizado” e “moderno” selecionando os mais “capazes” e os mais “produtivos”³¹.

³¹ Cf. BITTENCOURT, Circe Maria. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917 – 1939)*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 77-78.

Por meio das festas eram difundidos os valores da escola, da política dominante, o desempenho dos alunos e, a sociedade podia avaliar a instituição de ensino e como estava cumprindo a sua função educativa. Os alunos participavam ativamente dos festejos como atores e colaboradores sabendo que de sua disciplina e responsabilidade dependiam o sucesso ou fracasso do evento. Desse modo, as festas contribuíram para legitimar a instituição educativa como lugar privilegiado para o acesso ao conhecimento e, dos professores como profissionais responsáveis pela transmissão desses saberes.

Apesar de haver determinações e regulamentos oficiais para as festividades escolares, sabemos que há uma diferença entre o que é determinado legalmente e as apropriações e representações que os sujeitos escolares têm, e fazem da festa.

A tipologia das festas

Nesse estudo, estamos considerando as informações sobre as festas que aconteceram no Colégio Salesiano de Santa Teresa (1972-1987), levando em conta a organização temporal presente no calendário escolar, o Regimento Escolar, as anotações do livro de ocorrência, os ofícios expedidos, ofícios recebidos, ofícios circulares, depoimentos de ex-alunos, professores e funcionários, agendas, programas oficiais, dentre outros.

Para uma melhor organização das festas registradas no calendário escolar, do período eleito para estudo, dividimos em três categorias: festas cívicas regulares, inscritas na lei; festas religiosas; e festas que reforçam a identidade da escola. Do primeiro tipo, destacamos: a) 31 de março- “*Revolução de 1964*”; b) 21 de abril – Tiradentes e Fundação de Brasília; c) 1º de maio – dia do trabalhador; d) 13 de junho – Retomada de Corumbá; e) 25 de agosto – dia do soldado; f) 7 de setembro - Independência do Brasil; g) 21 de setembro - Aniversário de Corumbá; h) 11 de outubro - Divisão do Estado de Mato Grosso e criação do Estado de Mato Grosso do Sul; i) 15 de novembro – Proclamação da República; entre outras.

Do segundo tipo, celebrações/festas religiosas previstas no calendário escolar podemos citar: a) Tríduo escolar à Nossa Senhora Auxiliadora; b) 02 de fevereiro – Nossa Senhora da Candelária – Padroeira de Corumbá; c) Semana

Santa; d) Corpus Christi; e) 24 de maio - consagrado à Nossa Senhora Auxiliadora – Padroeira da Missão Salesiana; f) 16 de agosto – Aniversário de São João Bosco e da Comunidade Salesiana; g) 02 de novembro – Finados.

E, no terceiro grupo, comemorações que reforçam a identidade dessa escola temos: a) Festa do Regulamento; b) carnaval; c) a festa junina denominada Sapolândia; d) o Festival Salesiano de Arte (FESART); e) os jogos abertos salesianos; f) feira de ciência e cultura; g) manhãs e tardes de formação; h) competições esportivas interclasses; i) jornadas juvenis; j) aniversário do diretor; k) dia das mães; l) 21 de agosto – folclore; m) 12 de outubro - dia das crianças; n) 15 de outubro - dia do professor; entre outros.

As festas e comemorações elencadas no calendário escolar, não correspondiam, necessariamente, a um dia de suspensão das atividades escolares. Mas, dependendo da importância da data a ser lembrada, havia todo um ritual escolar a ser seguido que contemplava: hasteamento a bandeira, hinos, exposições, declamações, poemas, dramatizações, competições, confecção e, apresentação de trabalhos escolares relacionados à data festiva, visando incitar nos alunos o respeito e amor a pátria, e dar maior visibilidade social à escola.

Durante as festas, os indivíduos rompem com a rotina do cotidiano escolar. É um ato coletivo com significados distintos para os que dela participam. No âmbito escolar, as datas escolhidas para serem festejadas, os programas, as normas e regras das comemorações, revelam o caráter pedagógico das festas escolares. A escola tinha a tarefa de ministrar aos alunos os conhecimentos científicos e as regras necessárias para “garantir a unidade política do país inculcando em todas as crianças idéias e sentimentos necessários à própria existência da nacionalidade”³².

Consideramos as festas escolares, oportunidades especiais para veicular, aos alunos, pais, professores e, demais participantes dos eventos, os conteúdos escolares, comportamentos, valores, ou seja, a cultura específica da escola. Dessa forma, são momentos de desenvolvimento das atividades escolares e também de aprendizagens. Podemos dizer que as festas no Colégio Salesiano de Santa

³² Carvalho, Marta M. C. Por uma história cultural dos sabers pedagógicos. In: SOUSA, C. P. de, CATANI, Denise (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1989, *apud* CÂNDIDO, Renata Marcilio. *Op. cit.*, p. 41.

Teresa, quais sejam: cívicas, religiosas, ou outras festas, são sinônimos de permanência. Poucas alterações ocorreram ao longo do período eleito para estudo. No que diz respeito às festas cívicas, o recorte temporal do período de estudo perpassa três momentos significativos da história política brasileira e regional. O primeiro é o do Regime Militar no Brasil, o segundo da divisão administrativa do Estado de Mato Grosso em 1977, que dá origem ao Estado de Mato Grosso do Sul e, o terceiro, o início da Abertura Política.

É interessante destacar que em cada um desses momentos históricos, colocava-se em cena rituais distintos procurando educar os alunos e a comunidade para uma série de valores e virtudes cívicas, políticas e sociais. Assim, não podemos perder de vista ao analisar os relatos das festas que eles comportam silêncios e esquecimentos, voluntários, ou não, de segmentos da sociedade. Precisamos fazer considerações sobre o lugar de origem do participante, lembrando das práticas de controle e supervisão de pessoas e coisas nos festejos. É preciso reconhecer que não são dados inocentes, mas o que um grupo quis registrar. “Não são mentiras ou deturpação da realidade, mas um determinado olhar sobre ela, olhar que é parte integrante e inseparável da realidade”³³.

As festas e comemorações escolares deveriam seguir as regulamentações legais em vigor na época³⁴. A delegacia de ensino definia junto aos diretores das escolas a programação dos festejos escolares. Essa programação era encaminhada às escolas, com as determinações e procedimentos de como celebrar as festas e comemorações nacionais no âmbito da escola.

Os diretores do Colégio Santa Teresa reuniam com os coordenadores e professores para repassar as orientações e recomendações oficiais recebidas. De acordo com o tema da festa, definiam o que seria ensinado aos alunos e de que

³³ CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 23.

³⁴ Legislação Federal: Decreto-Lei nº 869, de 12/09/1969 Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências; Lei nº 5700/71, de 01/09/1971 Dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências; Decreto nº 68065, de 14 /01/1971 Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692, de 11 de agosto de 1971; Constituição Federal.

forma. Cada professor ficava responsável por decorar a sua sala de aula, colaborar para a ornamentação do colégio, planejar, organizar a atividade para sua turma enfatizando a importância da data para a soberania do país.

Desse modo, os professores que antes desempenhavam atividades relacionadas à sala de aula e ao seu fazer pedagógico, como planejamento, execução das aulas, correção de trabalhos, de cadernos e de provas, passaram a ter a responsabilidade de preparar as festas escolares e os alunos. Analisando o calendário escolar e os diversos registros do cotidiano escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, podemos afirmar que o festejar, o celebrar e o comemorar influenciava constantemente nos dias letivos e no trabalho do professor, pois estes tinham a obrigação de preparar seu grupo de alunos para as festividades, participar das comemorações coletivas, propagar valores morais e cívicos, devendo cumprir as prescrições das autoridades educacionais. É preciso considerar que embora houvesse as prescrições, os professores construíam as suas práticas, organizavam as suas aulas, o seu fazer pedagógico utilizando de outros meios.

O programa das festas começava sempre com uma explicação sobre a data, feita por um professor, ou mesmo pelo diretor da escola, seguindo de apresentações de alunos. Foi registrado pelo Pe. Diretor Mario Pelattiero em 20 de abril de 1976 a antecipação das comemorações ao dia de Tiradentes:

Comemora-se a data de amanhã. Houve: quadros murais; cartazes; pesquisas e trabalhos em aula; hasteamento do pavilhão nacional ao canto do Hino: Hino à Independência; palestra alusiva por um professor; declamação de poesias pelos alunos; houve aula regular³⁵.

Por ser o dia 21 de abril feriado nacional reservado a comemoração do dia de Tiradentes e da Fundação de Brasília, e não podendo ser esquecida a data durante o feriado, a seção cívica foi antecipada para do dia 20 de abril, podendo ser dividida em duas partes. Na primeira parte, todas as professoras trabalharam o mesmo tema, cada uma em sua sala, desenvolvendo atividades diversas com caráter festivo, motivando os alunos a confeccionarem quadros murais, cartazes, fazerem pesquisas e trabalhos no interior da sala de aula (cópias, ditados, composições livres). Na segunda parte, todos os alunos participaram do hasteamento da bandeira, do canto ao Hino à Independência, depois ouviram palestra ligada

³⁵ LIVRO DE OCORRÊNCIA..., *citado*, p. 31.

ao tema, assistiram as apresentações dos grupos de alunos escolhidos para representar cada turma e, retornaram às salas.

Recitar poesias, declamar, apresentações de ginásticas, desfiles, homenagens, cantos, competições esportivas, passeatas eram atividades incorporadas a cultura festiva. O momento de integração e socialização durante o ritual festivo contribuía para a construção da memória coletiva. Podemos dizer que as datas instituídas pelo Estado para serem comemoradas e os conteúdos a serem veiculados por meio delas, buscavam “formar” o bom cidadão.

Ao inscrever as festas para que fossem (re)lembradas, os relatos reordenavam a memória social, e a organização inconsciente da memória coletiva. Os valores e sentimentos políticos presentes nas festas podem nos informar sobre as estratégias políticas de legitimação do poder, ou de moralização da educação, pois, as festas, possuem vários significados e uma profusão de sentidos.

O significado da festa não se restringe apenas ao vínculo que ela mantém com as circunstâncias [...] O seu ritual e a sua simbologia, [...] têm muito a dizer aos historiadores, que deixam de apenas narrar essas festas para buscar compreender os comportamentos a ela ligados, as representações coletivas que elas encerram e sua ressonância social³⁶.

É importante tomar cuidado para não reduzir a festa apenas a instrumento de controle da população e entretenimento em períodos de tensões sociais. É inegável que cumpre essa função, mas não pode ser vista apenas como um instrumento usado por um determinado grupo social ou pelo Estado para atender determinados fins. Lambert³⁷ diz que é um mecanismo importante na manutenção de determinados valores e idéias e possui uma multiplicidade de usos, intenções e sentidos servindo a diferentes finalidades³⁸ que variam de acordo com o tipo de comemoração e a instituição que a realiza.

As festas cívicas, religiosas, ou outras festas previstas no calendário do Colégio Santa Teresa, reunia um grande número de pessoas, entre elas, alunos, professores, pais e, sociedade em geral, que vinham assistir e participar das sole-

³⁶ CHAMON, Carla Simone. *Op. cit.*, p. 13.

³⁷ LAMBERT, Hercília Mara Facuri Coelho. Festa e participação popular (São Paulo – início do século XX. In: *História*, n. 13, São Paulo, 1994, p. 16.

³⁸ OZOUF, Mona. *Op. cit.*,

nidades de homenagens a pessoas públicas ou personagens históricos, bem como das celebrações religiosas. Recreação, hinos, música, missa, apresentação teatral marcavam o dia festivo que era considerado um dia de descanso das atividades escolares por ter uma rotina diferente dos dias de aula normal, mas nem por isso, isento de caráter educativo.

A importância social e cultural da escola era muito grande. Ali ensinava-se a ler, escrever e contar; as normas de boa convivência; apoiavam as campanhas de vacinação; incentivavam o desenvolvimento físico, mental e intelectual, o civismo e, a formação moral do cidadão. Era um lugar de encontro, solenidades e comemorações³⁹. As festas não se restringem ao espaço da escola, mas tem a capacidade de estender-se por toda a sociedade, penetrando, moldando e influenciando nas formas de agir e de se comportar dos indivíduos. Anualmente eram realizadas palestras sobre formação cívica e moral, direitos e deveres, moral-religiosa, o bom cidadão, grandes nomes da história do nosso país, proferidas pelo padre diretor. Posso inferir que essas palestras tinham a intenção de propagar, divulgar e afirmar o regime militar que havia se instaurado por meio do Golpe de 1964.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais e mitos.

Era importante selecionar, planejar e programar as festividades escolares, de modo que pudessem construir e reforçar a memória oficial nacional com atividades diversas dentro e fora da escola. Carvalho diz que o imaginário para criar raízes precisa de “uma comunidade de imaginação, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural na qual se alimentarem”⁴⁰. Na concepção do autor, a criação de símbolos, de alegorias, de heróis ocorre justamente porque ao implantar um regime político faltou a participação do povo.

³⁹ Cf. SOUZA, Rosa Fátima de. *Op. cit.*, 1998,

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 89.

Levando-se em conta, a etimologia, cívico do latim *civicu* relativo aos cidadãos como membros do Estado⁴¹, a festa cívica, é uma festa produzida por questões políticas, mas não podemos reduzi-la a essa característica. Um dos objetivos da festa cívica é produzir sensibilidades, contagiando e comovendo a todos⁴². Outra característica é a publicidade, e por acontecer no espaço público, aberta a todos e nos lugares em que muitas pessoas circulam, não existe festa cívica feita às escondidas, ou reservada a apenas um segmento da sociedade.

Constitui a festa, a diversão, o controle, a resistência, o prazer, a alegria, as emoções, e por mais que o historiador queira, jamais conseguirá compreendê-la sob o aspecto onírico. O campo das emoções é difícil de delimitar e abordar. O que queremos entender são os significados que a partir do imaginário social, as festas deram as ações humanas no cotidiano escolar. Sendo as festas cívicas rituais políticos contribuem para a construção de um conjunto de crenças e de valores sociais. O destinatário das festas cívicas eram os alunos, os pais, os professores, e a população em geral, que sempre estavam presentes para prestigiar as comemorações. A presença desses sujeitos era indispensável, porque são os espectadores, sem a sua presença e participação, ela perde a sua razão de ser. Já que a eles se pretendia instruir e educar.

⁴¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁴² Cf. CHAMON, Carla Simone. *Op. cit.*, p. 31.

